



Mais cuidados para PCDs e mães atípicas

Na semana do Dia Nacional da Pessoa com Deficiência, o **Correio** ouviu os seis primeiros candidatos em pesquisa ao GDF sobre propostas para quem cuida e é cuidado. Especialistas destacam a necessidade de avanço na atuação do Estado

» MILA FERREIRA

A melhoria da qualidade de vida e o acolhimento de mães atípicas e Pessoas com Deficiência (PCDs) têm sido eixos de debate nas eleições de 2026. As propostas dos candidatos ao Governo do Distrito Federal (GDF) trazem diferentes políticas públicas para atender essa parcela da população. Na semana do Dia Nacional da Pessoa com Deficiência, o **Correio** ouviu os seis candidatos melhores posicionados na pesquisa **Correio/Opinião** Inteligência Política sobre as propostas de cada um para famílias atípicas e pessoas com diferentes tipos de deficiência. Especialistas destacam a necessidade de avanço na atuação do Estado em favor de mais inclusão na educação de PCDs e mais políticas de saúde, além de mais profissionais capacitados na rede pública para ajudar nas várias frentes do atendimento às mães e PCDs.

“Quando falamos de famílias atípicas, é fundamental olhar para quem cuida. Muitas mulheres assumem sozinhas ou quase integralmente o cuidado de crianças, adolescentes e adultos com deficiência ou condições do neurodesenvolvimento. Elas acabam reduzindo a jornada ou até se afastando do mercado de trabalho, porque os filhos precisam de acompanhamento constante, terapias, consultas e suporte na rotina. Por isso, não podemos pensar em políticas públicas apenas para a criança, e esquecer a mãe que sustenta grande parte dessa rede de cuidado”, avaliou a psicóloga, neurocientista e especialista em análise do comportamento aplicada (ABA), Mayra Gaiato.

“É preciso garantir acesso à saúde mental, assistência social e mecanismos de proteção de renda, especialmente para as cuidadoras que não conseguem permanecer no mercado de trabalho em razão das demandas de cuidado. Na saúde, podemos pensar em serviços que acolham essas mulheres enquanto seus filhos estão em atendimento. Na educação, precisamos de escolas efetivamente inclusivas e, quando possível, de uma oferta de jornada que também favoreça a permanência das mães no mercado de trabalho”, ressaltou Mayra.

Advogada especializada em direitos das pessoas com deficiência e ex-presidente da Comissão dos Direitos das Pessoas Autistas da OAB-DF, Adriana Monteiro destacou que a Constituição estabelece a saúde, a educação, a assistência social e a proteção à infância como direitos sociais, e determina que a saúde seja assegurada de forma universal e igualitária. “No caso das pessoas com deficiência, existe o dever de promover inclusão, acessibilidade, autonomia e igualdade de oportunidades. Do ponto de vista jurídico, portanto, o Estado não deve atuar apenas quando a família chega ao Judiciário ou quando uma situação de violação de direitos aconteceu. A lógica precisa ser preventiva: identificar as necessidades, facilitar o acesso aos serviços e acompanhar essas famílias de forma contínua”, afirmou Adriana.

Mais cuidado

Celina Leão (PP), candidata do PP ao Governo do DF (GDF), propõe a ampliação da rede de cuidado e inclusão das pessoas com



deficiência e, ao mesmo tempo, cuidar de quem cuida. “O plano de governo prevê o fortalecimento das políticas de acessibilidade, inclusão, autonomia e atendimento especializado, com atuação integrada nas áreas de saúde, educação, assistência social, mobilidade e direitos humanos. Para as mães atípicas, a principal iniciativa é consolidar e ampliar a Rede de Apoio às Mães Atípicas e implantar a Casa da Mãe Atípica, concebida como um espaço de acolhimento e apoio para mulheres responsáveis pelo cuidado permanente de pessoas com deficiência, transtornos do neurodesenvolvimento, doenças raras ou outras condições que exijam acompanhamento contínuo”, elencou.

“A Casa da Mãe Atípica oferecerá apoio psicológico e psicossocial, atenção à saúde e ao bem-estar, orientação sobre direitos, atividades de capacitação e geração de renda, além de suporte relacionado à acessibilidade e ao transporte. A proposta é fortalecer a autonomia dessas mulheres e criar uma rede permanente de apoio às famílias. Na área das pessoas com deficiência, o compromisso é ampliar o acesso aos serviços especializados, fortalecer a educação inclusiva e especial, melhorar a acessibilidade e promover políticas de autonomia e inclusão social, além de combater o



Quando falamos de famílias atípicas, é fundamental olhar para quem cuida. Muitas mulheres assumem sozinhas ou quase integralmente o cuidado de crianças, adolescentes e adultos com deficiência ou condições do neurodesenvolvimento”

Mayra Gaiato,
psicóloga e neurocientista

capacitismo e garantir atendimento humanizado”, acrescentou Celina. José Roberto Arruda (PSD) anunciou que, se eleito, vai dar prioridade às mães atípicas no programa de lotes urbanizados, que entregará 40 mil escrituras, preferencialmente no nome da mulher. “Para as que têm filhos pequenos, teremos a oferta de creches e, para os maiores, educação integral.

O mais importante é que vamos criar a Rede Integrada dos Centros de Referência em Transtorno do Espectro Autista (TEA) e Deficiências Múltiplas, em que, além do atendimento às pessoas com TEA e deficiências múltiplas, teremos acolhimento às mães atípicas, com inserção em frentes de microcrédito e empreendedorismo, e suporte psicológico e clínico”, afirmou.

“Para atender as pessoas com deficiência, além da Rede Integrada, vamos investir em acessibilidade, tanto nas ruas, com o Plano Calçada Livre, quanto em eventos culturais, a exemplo do Festival de Brasília do Cinema Brasileiro, e no turismo, com o novo SuperApp do Turista totalmente acessível. Para os que estão em idade escolar, teremos uma educação especial inclusiva, para erradicar as barreiras de aprendizagem. Nos esportes, teremos as novas vilas olímpicas e vamos ampliar o acesso dos atletas de alto rendimento com deficiência ao programa Bolsa Atleta”, complementou Arruda.

Leandro Grass (PT) defendeu o direito das mães atípicas de trabalhar, descansar e cuidar da própria saúde. “Por isso, criaremos a Política Distrital de Cuidados, porque cuidar não pode ser responsabilidade exclusiva da família. Esse programa trará uma rede pública de apoio, com Centros-Dia e espaços de convivência que

ampliem a autonomia e a vida social da criança atípica e que, ao mesmo tempo, garanta à sua mãe tempo e condições para trabalhar, estudar e cuidar de si”, mencionou.

“Na saúde, o meu governo vai garantir diagnóstico no tempo certo e levará terapias e reabilitação para perto de casa. Na educação, disponibilizaremos profissionais de apoio escolar para quem necessita e ofereceremos formação especializada aos educadores”, disse Grass.

Paula Belmonte (PSDB) prevê uma linha de cuidado específica para pessoas com deficiência e neuroatípicas, integrando atenção primária, diagnóstico, atendimento especializado, terapias, reabilitação, saúde mental e acompanhamento multiprofissional. “Vamos ampliar a identificação precoce de alterações do desenvolvimento e do neurodesenvolvimento, inclusive para crianças e adolescentes com sinais de autismo e TDAH, e integrar (as pastas de) Saúde, Educação e Assistência Social para que as famílias não precisem peregrinar sozinhas por diferentes serviços em busca de diagnóstico, tratamento e acompanhamento. Para as mães atípicas, ter uma rede funcionando e acompanhando seus filhos em todas as fases da vida é uma forma concreta de cuidar de quem cuida”, informou.

“Na educação, vamos ampliar a acessibilidade física, pedagógica e tecnológica, fortalecer o atendimento educacional especializado, qualificar os profissionais e garantir os apoios necessários para cada estudante. Também vamos integrar a escola à Saúde e à Assistência Social para identificar precocemente necessidades de desenvolvimento e facilitar o acesso das famílias à avaliação, diagnóstico, terapias e acompanhamento especializado. Nosso compromisso é garantir inclusão de verdade, para que a pessoa com deficiência ou neuroatípica tenha acesso aos serviços públicos, oportunidades e condições para aprender, se desenvolver e conquistar autonomia”, anunciou Paula.

Kiko Caputo (Novo) pretende criar a Rede Distrital de Apoio às Mães Cuidadoras, com acolhimento, apoio psicossocial, orientação jurídica, fortalecimento das redes de apoio e acesso integrado aos serviços públicos. Quem cuida também precisa ser cuidado. “Vamos integrar saúde, assistência social, educação, trabalho e direitos humanos, para que essas famílias não precisem peregrinar de órgão em órgão em busca de atendimento. Saúde, educação e assistência social precisam conversar. Também vamos fortalecer o apoio às pessoas com deficiência e aos seus cuidadores, conectando acessibilidade, reabilitação, cuidado domiciliar, apoio às famílias, convivência e participação social”, listou.

“Na educação, garantiremos acompanhamento adequado e apoio individualizado aos estudantes que tenham necessidades específicas, aproximando escola, família e os demais serviços públicos. Na saúde, queremos identificar dificuldades de desenvolvimento o mais cedo possível e organizar o atendimento para que a criança e sua família tenham acompanhamento contínuo, sem ficarem perdidas entre diferentes serviços. E vamos trabalhar para ampliar as condições para que essas mães possam conciliar o cuidado com trabalho, qualificação e desenvolvimento pessoal”, complementou Kiko.

Ricardo Cappelli (PSB) vai começar pela educação. “O Distrito Federal está há quase 10 anos sem concurso para monitor. Enquanto isso, crianças com deficiência estão nas salas de aula sem o acompanhamento adequado, e os professores estão sobrecarregados. Os educadores sociais voluntários se esforçam, mas recebem R\$ 80 por dia, de forma precarizada, e não substituem profissionais concursados e com formação específica. Vamos fazer concurso para monitores especializados. Esses profissionais vão apoiar as crianças em seu desenvolvimento escolar e também dar suporte aos professores. Inclusão não é apenas matricular a criança. É garantir estrutura e profissionais para que ela aprenda, participe e avance”, avisou.

“Nosso plano de governo prevê fortalecer as políticas para as pessoas com deficiência, integrar educação, saúde e assistência social, apoiar os cuidadores e ampliar a acessibilidade nas escolas, nos serviços públicos, nos espaços urbanos e no ambiente digital. Mães atípicas e pessoas com deficiência precisam ser ouvidas e respeitadas. Não estamos falando de favor. Estamos falando de direitos, cuidado e dignidade”, acrescentou Cappelli.